



24J – POR QUE OS TRABALHADORES ESTÃO NAS RUAS?



O governo Bolsonaro afunda na lama da corrupção. Sua política genocida levou à **morte** mais de meio milhão de brasileiros e mantém alta a taxa de óbitos, apesar da comprovação de que a vacinação massiva poderia ter evitado esse drama social. O povo brasileiro já sabe que a política econômica do governo e suas medidas que favorecem apenas grandes corporações bilionárias e não se preocupa com o desenvolvimento nacional, muito menos com a sobrevivência do povo, que está destruindo o País.

Temos hoje mais de 60 milhões de pessoas na **pobreza** e na **extrema pobreza**. O **desemprego** atinge 15 milhões de trabalhadores e o auxílio emergencial, que deveria ter ajudado a população a enfrentar a pandemia, foi insuficiente e mal aplicado.

A **privatização das estatais**, além de gerar desemprego em massa, irá afetar cruelmente os mais pobres. É o caso da Eletrobras, venda já aprovada, que aumentará as tarifas de energia e o risco de apagões. A privatização dos Correios, uma estatal lucrativa, representa um risco para a integração e soberania nacional, além do aumento das tarifas. Regiões distantes dos grandes centros e mais pobres, cuja população depende dos serviços da Empresa, serão altamente prejudicadas. A Petrobras está sendo vendida em partes, o que destruirá a segurança energética do País.

As **Reformas Trabalhista e da Previdência** destruíram direitos históricos dos trabalhadores e criaram o trabalho precarizado e sem direitos. Para completá-las, o governo quer aprovar as **Reformas Administrativa e Tributária**. A primeira, conhecida como PEC 32, ou “PEC da Rachadinha”, acabará com os concursos públicos e a estabilidade dos servidores, fazendo com que apadrinhados políticos sejam beneficiados em lugar de servidores com domínio técnico. A Reforma Tributária, por sua vez, com a falsa promessa de simplificar o sistema tributário, aumentará ainda mais a desigualdade social e tributária, que onera demais os mais pobres e isenta os mais ricos, além de acabar com fontes importantes de financiamento da seguridade social.

Para barrar o conjunto de ataques ao povo, as Centrais e os sindicatos devem manter as ruas ocupadas e mobilizar as categorias para a **Greve Geral**, como instrumento de fortalecimento dos trabalhadores contra esse governo genocida e todos os planos neoliberais de destruição dos direitos.

***Fora Bolsonaro e todo o seu governo!
Não às privatizações!
Greve Geral, já!***

NÃO À PEC 32! VAMOS À GREVE GERAL!



Os servidores públicos estarão nos atos do 24J para mostrar os efeitos nocivos da Reforma Administrativa, a PEC 32, que atingirá atuais e futuros servidores e destruirá o acesso da população aos serviços essenciais como saúde e educação pública. Faixas e cartazes estarão ser acompanhados de boletins que esclareçam os trabalhadores sobre os prejuízos que terão com essa reforma.

Essa luta prosseguirá. Organizada pelas Frentes em Defesa dos Servidores, construídas em vários estados pelas centrais e sindicatos de diferentes categorias, a mobilização contará com um Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras

do Setor Público - com uma live no dia 29, às 19h, e uma plenária online no dia 30, às 9h - para definir um plano nacional de luta. No dia 03 de agosto, retorno das atividades parlamentares, um ato nacional, presencial, ocorrerá em Brasília.



EXTINÇÃO DA BHTRANS E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES



O prefeito de Belo Horizonte - MG, Alexandre Kalil (PSD), entregou neste dia, 15 de julho, um projeto de lei que trata da extinção da BHTrans e cria a Superintendência de Mobilidade, a Sumob, que terá autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional, administrativa e poder de polícia, ou seja, vai poder emitir multas de trânsito, direito que a BHTrans perdeu.

O projeto cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana (FMU) cujo objetivo é fornecer recursos para subsidiar o transporte público. Trata-se de uma forma de aprimorar os mecanismos de repasse das verbas públicas para as empresas privadas enquanto para os trabalhadores da autarquia, o projeto prevê o congelamento do plano de carreiras e o corte de benefícios. Será criado também um PDI (Programa de Demissão Voluntária) e de aposentadoria natural.

O processo de extinção da BHTrans deverá ocorrer em até 15 anos e serão os trabalhadores que pagarão pela premeditada má gestão da coisa pública com o risco de perder os empregos e os direitos conquistados.

LUTA PELO PISO SALARIAL NACIONAL DA ENFERMAGEM



No dia 05 de agosto, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais farão grande ato presencial em Brasília pela aprovação, na sua versão original, do Projeto de Lei 2564, que estabelece piso nacional da Enfermagem e regulamentação da jornada de trabalho em 30 horas.

Participe. Leve suas bandeiras, camisas, faixas e cartazes. A concentração será na Praça das Bandeiras, na capital federal.

Rodrigo Pacheco, coloque o PL 2564 em votação!!

TODOS ÀS RUAS DIA 24 CONTRA OS GOLPES NA EDUCAÇÃO



A educação brasileira vive sob ataques de todos os lados. As Instituições de Ensino Superior (IES) sofrem com cortes de recursos, intervenções do governo federal e perseguição política contra pesquisadores. Muitos destes profissionais ainda sequer tiveram direito à vacina.

Na educação básica a privatização continua a passos largos e professores estão sendo convocados a retornarem às aulas presenciais mesmo sem a imunização completa da comunidade escolar. Com contratos temporários e precários, ameaçados de perder o emprego e seus direitos, são obrigados a arriscar suas vidas, dos alunos e das próprias famílias.

O PL 5595/2020, que tramita no Congresso Nacional e visa transformar educação em serviço essencial, para obrigar o retorno presencial durante a pandemia, irá atacar o direito de greve da categoria. Já a Reforma Administrativa, PEC 32, se aprovada destruirá os serviços públicos, fortalecerá a contratação precária e criará o cabide de emprego.

VENDA DOS CORREIOS LEVARÁ À DEMISSÃO DE MILHARES DE TRABALHADORES



O relator do Projeto de Lei 591/21, que autoriza que os serviços postais possam ser explorados pela iniciativa privada, Gil Cutrim (Republicanos-MA), apresentou parecer favorável a venda de 100% dos Correios, uma ilegalidade que afronta a Constituição Federal.

A proposta prevê a estabilidade dos trabalhadores da empresa por apenas 18 meses após a privatização. No entanto, o governo não quer ceder nem essa migalha aos ecetistas. A Secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, disse à imprensa que essa estabilidade é muito grande aos olhos dos futuros investidores.

Para o Governo, o lucro de um ou mais empresários bilionários, que comprarão uma empresa lucrativa a preço de banana, é mais importante que o emprego e a sobrevivência de milhares de trabalhadores. Foi assim com a privatização da Eletrobras, que Bolsonaro sancionou no dia 13 de julho, vetando a estabilidade de 12 meses concedida pelo Congresso aos trabalhadores da estatal.

As privatizações das estatais é operação de lesa-pátria. Um crime contra o patrimônio e os direitos conquistados pelo povo brasileiro. Contra o conjunto das políticas neoliberais de Bolsonaro, é preciso ampliar a luta, convocando assembleias dos trabalhadores e organizando a Greve Geral da classe trabalhadora!